



Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Senhores Acionistas
A administração da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2021.

A Companhia
A Holding do Araguaia S.A., foi constituída em 20 de agosto de 2013, tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Sua controladora, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 26 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A controladora possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluía diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e editou de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas

internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados Operacionais:** O volume de tráfego consolidado em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.282 mil em 2022, sendo 2.293 mil veículos leves e 8.989 mil veículos pesados. A controladora Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022. **Recita de Construção:** R\$773,7 milhões em 2022, devido ao cronograma de obras no período da controladora Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre a receita, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Custos Operacionais e Despesas Administrativas:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$878,3 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$82,2 milhões. **Pessoal:** R\$16,4 milhões em 2022, aumento de R\$13,9 milhões, devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais; **Conservação e manutenção:** R\$2,8 milhões em 2022, devido, principalmente, às despesas com limpeza manual e material de sinalização; **Serviços de terceiros:** R\$40,4 milhões em 2022, aumento de R\$34,8 milhões devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., serviços de ambulâncias, resgastes e vigilância; **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$15,5 milhões em 2022, aumento de R\$12,0 milhões em função, principalmente, da taxa de fiscalização e locação de veículos leves; **Outros:** R\$7,1 milhões em 2022, aumento de R\$6,4 milhões, principalmente, pelos gastos com combustíveis de veículos leves e pesados, água e luz; **Depreciação e amortização:** R\$22,4 milhões em 2022, aumento R\$ 22,3 milhões, devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação na controladora Ecovias do Araguaia; e **Custo de construção:** R\$773,7 milhões em 2022, aumento R\$754,2 milhões, devido ao maior volume de obras no período da controladora Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA e Margem EBITDA:** Em 2022, o EBITDA totalizou R\$24,8 milhões. O EBITDA Ajustado (excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção) totalizou R\$24,8 milhões e a margem EBITDA Ajustada foi de 23,2%. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$25,7 milhões, aumento de

R\$25,0 milhões em relação a 2021, impactado negativamente pelos juros e variação monetária sobre debêntures, compensado positivamente pelo maior volume de receitas sobre aplicações financeiras e pela capitalização dos juros sobre o endividamento. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira. **Prejuízo do Exercício:** Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$53,2 milhões. **Disponibilidade e Endividamento Consolidado:** A Companhia encerrou o exercício de 2022 com saldos distribuídos entre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no valor de R\$220,3 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, no valor de R\$2.134,4 milhões, sendo 98,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$41,6 milhões da controladora Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$1.010,6 milhões em 2022 devido aos investimentos em recuperação de pavimento e implantação das praças de pedágios na controladora Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Sociambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity), ambos para a Companhia e sua controladora. Os honorários consolidados relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$320,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

São Paulo - SP, 15 de março de 2023.

A Administração

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$ - exceto o valor do lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita Líquida	20	-	-	880.689	19.493
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(855.555)	(24.867)
Lucro/(Prejuízo) Bruto		-	-	25.134	(5.374)
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais.....					
e administrativas.....	21	(982)	(901)	(22.719)	(7.172)
Resultado da Equivalência Patrimonial		10	18.671	769	-
Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		17.565	(132)	2.415	(12.546)
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras.....	22	1.283	591	48.380	14.077
Despesas financeiras.....	22	(52.095)	(14.117)	(74.125)	(14.778)
		(50.812)	(13.526)	(25.745)	(701)

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(33.247)	(13.658)	(23.330)	(13.247)
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente.....	13.b)	-	-	(7.228)	(411)
Diferido.....	13.a)	-	-	(2.689)	-
		-	-	(9.917)	(411)
Prejuízo Líquido do Exercício		(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)
Prejuízo por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído	23	(0,053)	(0,062)	(0,053)	(0,062)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Prejuízo do Exercício	(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)
Outros Resultados Abrangentes				
Resultado Abrangente Total do Exercício	(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		3	(4)	(1)
Aumento de capital.....		612.880	-	612.880
Prejuízo do exercício.....		-	(13.658)	(13.658)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		612.883	(13.662)	599.221
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		612.883	(13.662)	599.221
Aumento de capital.....	19.a)	48.267	-	48.267
Prejuízo do exercício.....		-	(33.247)	(33.247)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		661.150	(46.909)	614.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo líquido do exercício.....	(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização.....	-	-	22.421	116
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível.....	-	-	1.023	-
Capitalização de juros.....	(135.447)	(53.790)	(143.332)	(53.790)
Encargos financeiros e variações monetárias sobre debêntures e passivo de arrendamento.....	186.522	67.866	213.498	67.866
Atualização da provisão para construção.....	-	-	619	-
Obrigações com o Poder Concedente.....	-	-	11.190	2.536
Tributos diferidos.....	-	-	2.689	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	-	-	7.228	411
Receita sobre títulos e valores mobiliários.....	-	-	(604)	-
Resultado Equivalência Patrimonial.....	(18.671)	(769)	-	-
Amortização de ágio em investimentos.....	124	-	-	-
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes.....	-	-	(29.859)	-
Partes relacionadas - clientes.....	(26)	-	(128)	(73)
Tributos a recuperar.....	(109)	(103)	(9.773)	(2.686)
Despesas antecipadas.....	(43)	-	(1.067)	(1.361)
Outros créditos.....	-	-	(19.409)	(3.605)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores.....	(361)	365	11.920	8.981
Obrigações sociais e trabalhistas.....	(10)	10	1.384	1.565
Partes relacionadas - fornecedores.....	4	35.372	35.372	4
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	(27)	37	4.984	963
Pagamentos de provisão para construção de obras.....	-	-	(517)	-
Outras contas a pagar.....	-	-	18.442	681
Pagamento de Obrigações com o Poder Concedente.....	-	-	(11.110)	(1.622)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	-	-	(246)	(411)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais.....	(1.291)	(43)	81.478	11.582
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado.....	-	-	(81.265)	(2.199)
Aquisição de intangível.....	-	-	(785.482)	(439.837)
Aplicações financeiras.....	417	(813)	20.220	(28.383)
Aplicações financeiras - conta reserva.....	-	-	(46.100)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos.....	182	-	-	-
Investimento em Controladas - Aportes de capital.....	-	(1.922.548)	-	-
Conta reserva - ANTT - Ecovias do Araguaia.....	-	-	-	(1.072.617)
Caixa controladora Ecovias do Araguaia recebido por aporte de capital.....	-	-	-	1
Caixa líquido gerado/(aplicado) pelas atividades de investimento.....	599	(1.923.361)	(892.627)	(1.543.035)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de empréstimos e passivo de arrendamento.....	-	(1.400.000)	(6.167)	(1.400.000)
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento.....	(50.404)	(21.123)	(51.282)	(21.123)
Captação de empréstimos e debêntures.....	(798)	2.743.327	582.105	2.743.327
Aumento de capital.....	48.267	612.879	48.267	612.879
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	(2.935)	1.935.083	572.923	1.935.083
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.627)	11.679	(238.226)	403.630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	11.679	-	403.630	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	8.052	11.679	165.404	403.630
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.627)	11.679	(238.226)	403.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais
A Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, ser titular de ações e outros valores mobiliários de exclusiva emissão da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. A Sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjuntos 31/32, Vila Olímpia, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Companhia e sua controladora. Sua controladora, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 26 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c. A controladora possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluía diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e editou de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. **a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal e em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. **b) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. **c) Visão ESG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance):** A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabeleceu diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. **2.2. Base de consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A empresa controlada incluída na consolidação está descrita abaixo, sendo ela domiciliada no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3. A seguir está apresentada a participação na controladora:

Controlada direta:	31/12/2022	31/12/2021	Objetivos principais
Concessionária Ecovias	100%	100%	Exploração da Concessão da Rodovia BR-153/414/080/TO/GO.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controladora direta mencionada na Nota Explicativa nº 10, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes: Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas; Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas; Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. Principais Práticas Contábeis
As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do risco financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem as condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta

exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 22). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaçamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que indique a redução do valor recuperável de grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base os fatos e os eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O controle de concessão da controladora Companhia é de longo prazo e está sujeito a discussões e reaj

Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a) Controladora		-	-	4	-	4
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.(b) Controlada		26	-	-	-	26
Total em 31 de dezembro de 2022		26	-	4	-	30
Total em 31 de dezembro de 2021		26	-	3	-	27

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Custo	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a)	Controladora	-	8.193	2.238	5.255	10.240
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(b)	Controladora	-	-	24	-	-
Itinera Construções Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	216.656	-	-	-
ICCR 153 S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	38.780	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(e)	Controladora	201	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022		201	224.849	41.042	5.255	10.240
Total em 31 de dezembro de 2021		73	1.898	5.670	-	-

a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para a Companhia e sua controlada. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$23.688, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$2.238 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. b) O saldo refere-se a reembolso de despesa. c) A Itinera Construções Ltda., prestou serviço de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes era de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos foi em 15 de janeiro de 2057. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo em aberto a pagar. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para a ICCR 153 S.A. d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. e) A ICCR 153 S.A, cessionária do contrato à Itinera Construções S.A., prestará serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO . O preço global firmado é de R\$3.786.883 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$368 e para sua controlada de R\$2.163 (R\$58 e R\$668, respectivamente, para o exercício de 2021). A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	-	-	1.528	444
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	-	-	-	(7)
Seguro de vida	-	-	-	2
Assistência saúde	-	-	92	52
Previdência privada	-	-	41	23
FGTS	-	-	74	35
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS))	-	-	267	119
Diretores Estatutários	-	-	2.006	668
Conselho de Administração	345	58	345	58
Remuneração Global	345	58	2.351	726

17. Provisão para Construção - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de xx% ao ano, que corresponde Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	-	-	-	619	619
Atualização Monetária	-	4.560	-	-	4.560
	11.990	4.560	(517)	619	16.652
Circulante	876	-	-	-	614
Não circulante	11.114	-	-	-	16.038

	31/12/2020	Adição (Intangível)	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras	-	13.394	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	-	(1.404)	(1.404)
	-	11.990	11.990
Circulante	-	-	876
Não circulante	-	-	11.114

18. Obrigações com Poder Concedente - Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização - Araguaia (a)	994	914
Outras - Araguaia (b)	1.123.688	1.072.617
	1.124.682	1.073.531
Circulante	8.765	914
Não circulante	1.115.917	1.072.617

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.073.531	-
Adição Principal	-	1.430.120
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	11.190	2.536
Rendimento de aplicação conta ajuste	37.628	-
Retenção sobre a tarifa - ANTT	13.44	-
Pagamento do principal	(11.110)	(359.125)
Saldo no fim do exercício	1.124.682	1.073.531

a) Taxa de fiscalização: Taxa de fiscalização da controlada Ecovias do Araguaia: O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$9.732 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$994 (R\$914 em 31 de dezembro de 2021). b) Conta reserva: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constitui Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Concessionária. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas as retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. c) Informações sobre o Contrato de Concessão da controlada direta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.: Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Valor da outorga: R\$1.430.120 sendo (i) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do

certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Concessionária. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à controlada direta, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$773.657, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. A controlada direta tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A controlada estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	3.644.806	3.684.154
Conservação especial (manutenção)	3.525.280	3.751.421
Equipamentos	585.711	676.351
Total	7.755.797	8.111.926

A controlada direta tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	13/08/2022	31/12/2023	Fator	442.365
				442.365

19. Patrimônio Líquido:

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$661.150 e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$612.883, representados por 661.150.152 e 612.883.152 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 14 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 48.267, mediante a emissão de 48.267.000(quarenta e oito milhões, duzentas e sessenta e sete mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data, à vista e em moeda corrente nacional. A composição do capital social da Companhia é da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Acionistas				
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	429.748	65,00%	398.374	65,00%
GLP x Participações S.A.	231.402	35,00%	214.509	35,00%
Total ações ordinárias	661.150	100,00%	612.883	100,00%

b) Dividendos: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude de prejuízos acumulados.

20. Receita Líquida - Consolidado:

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numérico	24.461	-
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	68.795	-
Vale-pedágio	21.351	-
Outras	2.112	-
	116.719	-
Receita de construção (b)	773.657	19.493
Receita bruta	890.376	19.493
Receita bruta	890.376	19.493
Deduções de receita bruta	(9.687)	-
Receita líquida	880.689	19.493
	31/12/2022	31/12/2021

Base de cálculo de impostos	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com arrecadação de pedágio	116.719	-
	116.719	-
Deduções		
Cofins (3%)	(3.502)	-
PIS (0,65%)	(759)	-
ISS (2% a 5%)	(5.419)	-
Abatimentos	(7)	-
	(9.687)	-

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

21. Custo e Despesas Operacionais - Por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	35	58	16.398	2.595
Conservação e manutenção e outros	-	-	2.802	17
Serviços de terceiros (i)	917	729	40.410	5.527
Seguros	-	-	1.924	697
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	11.190	2.536
Custo de construção de obras	-	-	773	19.493
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 11 e nº 12)	-	-	22.421	116
Locação de imóveis e máquinas	-	-	2.382	244
Outros custos e despesas operacionais	30	114	7.090	814
	982	901	878.274	32.039
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	855	24.867
Despesas gerais e administrativas	982	901	22.719	7.172
	982	901	878.274	32.039

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

22. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.276	590	48.095	14.076
Outras receitas financeiras	7	1	285	1
	1.283	591	48.380	14.077

Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(99.662)	(16.173)	(120.938)	(16.173)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(22.949)	-	(22.949)
Variação monetária sobre debêntures	(83.245)	(27.586)	(86.495)	(27.586)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.615)	(1.158)	(5.187)	(1.158)
Ajuste a valor presente sobre provisão de construção	-	-	(619)	-
Juros Capitalizados	135.448	53.790	143.332	53.790
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(1.019)	(27)	(392)	(655)
Juros arrendamentos a pagar - CPC06 (R2)	-	-	(878)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(14)	(2.94)	(47)
	(52.095)	(14.117)	(74.12)	(14.778)
	(50.812)	(13.526)	(25.74)	(701)

Resultado financeiro, líquido

23. Prejuízo por Ação: a) Prejuízo Básico: O prejuízo básico é a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(33.248)	(13.658)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	623.198	221.097
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	(0,05)	(0,06)

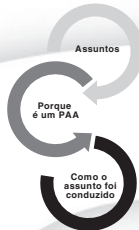
b) Prejuízo diluído por ação: A Companhia não possui divida conversível em ações.

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Divida (a)	1.525.390	1.390.070	3.300.674	2.463.601
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reservada - vinculados	(8.052)	(11.679)	(1.335.796)	(1.476.247)
Divida líquida	1.517.338	1.378.391	1.964.878	987.354
Patrimônio líquido (b)	614.241	599.221	614.241	599.221
Índice de endividamento líquido	2,47	2,30	3,2	1,65

Continuação	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
<p>Aos Administradores e Acionistas Holding do Araguaia S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais d Holding do Araguaia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada («Consolidado»), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding do Araguaia S.A. e da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p>Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p>	
<p>Porque é um PAA Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 12) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.499.140 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.</p>
<p>Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>	



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Governo Lula usa modelo sem transparência para repasses indicados pelo Congresso

No toma lá, dá cá com o Congresso, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai começar a transferir bilhões de reais do caixa federal para aumentar a base de apoio, sem qualquer transparência. O Palácio do Planalto elaborou um modelo de negociação que mantém em segredo o nome dos parlamentares que definirão para onde vão os recursos públicos que ficam sob controle dos ministérios, retomando uma prática

amplamente adotada no orçamento secreto pelo governo Bolsonaro.

No começo do mês, três ministros do governo assinaram portaria para estabelecer como vai ser o processo de pagamento de emendas parlamentares - verbas indicadas por deputados e senadores para suas bases eleitorais e repassadas pelo Executivo em troca de apoio político no Legislativo.

O documento não estabelece nenhuma medida para tornar público quem serão os congressistas atendidos pelas verbas controladas pelo governo. Além disso, Lula vetou uma proposta que identificava parte dos recursos de maior interesse dos parlamentares e permitia um nível de acompanhamento dos repasses.

Parte do montante é o espólio do orçamento secreto, derrubado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Inclui ainda

outras verbas incluídas pelos parlamentares no Orçamento de 2023.

No total, Lula terá até R\$ 100 bilhões para negociar, dos quais R\$ 16 bilhões foram incluídos na peça orçamentária a pedido de representantes do Centrão, que pressionam Lula a liberar o dinheiro.

São verbas para bancar, por exemplo, pavimentação de ruas, construção de rodovias, compra de tratores e manutenção de

postos de saúde. Como o Estadão revelou, durante o funcionamento do orçamento secreto, parlamentares escolhidos a dedo pelo governo Bolsonaro promoveram compras com indícios de sobrepreço, contratação direcionada de empresas de amigos e familiares dos políticos e concentração de recursos em redu tos do Centrão. Em dezembro, o Supremo declarou o orçamento secreto inconstitucional.

Portaria - Parte da premissa

do orçamento secreto foi resuscitada na portaria assinada pelos ministros Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

O documento entregou a Padilha o poder de centralizar a negociação com o Congresso de verbas controladas diretamente pelo Executivo, sem necessidade de equidade na divisão dos recursos ou transparência na indicação.

Mauricio de Sousa se candidata à Academia Brasileira de Letras

Mauricio de Sousa quer ser imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). O cartunista e criador da Turma da Mônica anunciou na quarta-feira, 15, sua candidatura à cadeira 8, que era ocupada por Cleonice Berardinelli, morta no dia 1º de fevereiro, aos 106 anos. Mauricio de Sousa visitou a ABL recentemente e oficializou sua candidatura no dia 10 de março.

“Esta candidatura é para reunir esforços com todos os acadêmicos em levar a importância desta entidade secular para que crianças e jovens conheçam mais a nossa literatura e grandes autores que por lá estão e já estiveram”, disse o cartunista de 87 anos, em comunicado. “Quando jovem, depois que me alfabetizei com os gibis, eu lia um livro por dia e os grandes escritores brasileiros foram minha companhia e me ajudaram a ser o que sou hoje. Quero devolver esse carinho com muito trabalho em prol dos autores brasileiros e também dos quadrinhos”, completou.

A história de Mauricio de Sousa - Mauricio de Sousa nasceu em 27 de outubro

de 1937, em Santa Isabel. É desenhista, empresário e criador de personagens que encantaram muitas gerações de crianças brasileiras. A Mônica, sua criação mais famosa, está completando 60 anos este mês.

Desenhista desde a infância, alfabetizado com a ajuda de gibis, ele se mudou para São Paulo para tentar trabalhar como ilustrador. Naquela ocasião, só conseguiu uma vaga como repórter policial na Folha da Manhã.

Sua primeira tira, com Franjinha e Bidu, saiu em 1959. Em 1970, ele lançou a revista Mônica. Outros personagens - hoje são 400, no total - também ganharam suas próprias revistas.

Suas tirinhas são publicadas em diversos veículos brasileiros - no Estadão, inclusive - e os personagens inspiraram peças de teatro, desenho na televisão, parque temático e muitos outros produtos culturais e comerciais.

A novidade mais recente com relação aos seus personagens é que Chico Bento vai ser tema de um filme, com um influencer mirim Isaac Amendoim no papel principal.

rações que levou a varejista a um rombo contábil de R\$ 20 bilhões, informado em janeiro.

A inconsistência contábil foi tornada pública por Sérgio Rial, executivo que sucedeu Gutierrez no cargo, mas se demitiu após nove dias.

Deputados estaduais de SP tomam posse em legislatura que teve 42% de renovação

Foi realizada quarta-feira, 15, a primeira sessão de 2023 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em que foram empossados os 94 deputados estaduais eleitos e reeleitos para a 20ª legislatura.

A Alesp passou por uma renovação de 42%. Dos 94 deputados empossados esta quarta-feira, 15, 60 fazem parte da base de apoio do governador Tarcísio de

Freitas (Republicanos), que fez questão de prestigiar presencialmente a cerimônia de posse do novo corpo legislativo paulista.

No seu discurso, o governador prestou homenagens aos novos parlamentares e disse que deposita toda confiança na capacidade dos eleitos em contribuir para aprovação dos projetos do Executivo em prol da população de São Paulo e em

especial dos mais pobres. “Espero que cada deputado possa fazer a diferença. São muitos os desafios do nosso Estado. Nós temos a questão das pessoas em situação de rua, das pessoas em áreas de riscos, das pessoas que dependem do SUS e os nossos jovens que precisam de educação de qualidade para ingressar no mercado de trabalho”, disse o governador.

Tarcísio falou também dos desafios econômicos e para o desenvolvimento. Ele disse que São Paulo precisa aproveitar a oportunidade de se reindustrializar e assumir o protagonismo de trazer a economia marrom para uma economia verde.

Por fim Tarcísio afirmou aos deputados que a sede do governo paulista está aberta aos parlamentares para o diálogo.

MC Pipokinha tem show cancelado em festa de estudantes da Unesp

Em razão de uma publicação em que ironiza o salário de professores no Brasil, a cantora MC Pipokinha teve sua apresentação cancelada na festa de estudantes da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que será realizada em Araraquara, no interior de São Paulo, no mês de abril.

O anúncio foi feito pelo O Inter, comissão organizadora do evento. Logo após o vídeo ser publicado, no dia 6 de março, outras organizações ligadas ao ambiente acadêmico no País também suspenderam apresentações da artista.

“Em virtude dos últimos acontecimentos e falas da MC Pipokinha, a comissão organizadora do evento decidiu cancelar sua participação no Integra Inter

2023, marcado para 29 e 30 de abril. Nosso evento tem como objetivo ser um espaço plural e diverso, oriundo de uma instituição que representa a universidade pública e sua necessidade de valorização junto à educação no Brasil.

Por isso, não compactuamos com tais ações e decidimos não seguir com ela em nossa line-up”, afirmou em publicação nas redes sociais.

Entenda a polêmica - Em resposta a uma seguidora no Instagram, que relatava ter discutido com uma professora por causa da cantora, MC Pipokinha postou um vídeo no qual compara os cachês dos show com os salários de professores. “Ela pode descontar a raiva em você

mandando você fazer vários trabalhos e te reprovarando na prova. Coitada, deixa ela. Meu baile está R\$ 70 mil. 30 minutinhos em cima de um palco, eu ganho R\$ 70 mil.

Ela não ganha nem R\$ 5 mil sendo professora. Precisa estudar muito. Discute com ela não”, disse MC Pipokinha.

“Ser professora, olha, tem que amar muito a profissão, porque ouve desafio dos filhos dos outros, tem que não ter nada para fazer em casa mesmo, tem que ser professora”, afirmou ainda a artista.

Em nota, a assessoria jurídica da cantora Doroth Helena de Sousa Alves, nacionalmente conhecida como MC Pipokinha, representada pela advogada

Adélia de Jesus Soares, comunicou que, durante a última semana, tomada pela emoção, em um comunicado em sua rede social, a artista que acabou sendo interpretada por alguns nichos de maneira equivocada.

“Neste sentido, cumpre esclarecer que a MC Pipokinha, sob nenhuma hipótese, agiu com a pretensão de ofender uma classe tão importante para o crescimento de nosso País”, diz em comunicado.

“Por meio da presente nota, a cantora vem formalizar a sua intenção de enfatizar a importância da classe de profissionais da educação que, em sua opinião, merece ser melhor vista e, consequentemente, melhor remunerada.”

Ex-CEO da Americanas chega para depor na CVM

Ex-CEO da Americanas, Miguel Gutierrez chegou na manhã de ontem, 16, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no centro do Rio, para dar um aguardado depoimento, que deve ampliar a compreensão sobre a sistemática de ope-

rações que levou a varejista a um rombo contábil de R\$ 20 bilhões, informado em janeiro.

A inconsistência contábil foi tornada pública por Sérgio Rial, executivo que sucedeu Gutierrez no cargo, mas se demitiu após nove dias.

Gutierrez deve abordar a anotação, na coluna financeira, das dívidas, que têm características de débitos comerciais, de acordo com fontes ouvidas pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Gutierrez, que saiu da Ameri-

canas em dezembro, conforme plano previsto desde 2019 em plano de sucessão, é o maior acionista individual da companhia depois dos três acionistas de referência.

Morador do Rio de Janeiro, permaneceu no Brasil nos úl-

timos meses, com postura discreta.

O executivo teria sido surpreendido pelo fato relevante de 11 de janeiro, quando Rial renunciou ao cargo e informou ter encontrado inconsistências contábeis de R\$ 20 bilhões. O

executivo, afirmam interlocutores, ainda busca entender o processo que levou à crise atual. No mercado, seu depoimento é visto como o “elo perdido” no enredo que levou à recuperação judicial de uma das mais conhecidas empresas do País.

